

A dívida externa ameaça perigosamente nossa sociedade

29 JUN 1989

Octavio M. Alvarenga

E bem conhecido o comportamento de ratos aprisionados que, com a redução paulatina das gaivotas, acabam por se entredeverar.



Nas favelas, antigos "berços encantados de lindas canções", ou nos edifícios onde se empilham dramas e comédias cidadinas, vige o mesmo princípio demográfico.

Houve um tempo, não tão distante, em que um apito do guarda civil espantaria o larápio. Tempo em que o grito "socorro" despertava a solidariedade.

Os jornais agora sugerem outra realidade. Num trecho menos iluminado do Flamengo, um homem é assaltado por dois indivíduos. Ele reage e executa os assaltantes na via pública. Ninguém pensa em detê-lo. "Fez muito bem", é o que todos dizem. No consciente coletivo do homem comum é permitido matar.

Por que aconteceu isso? A verdade é que se rompeu a cláusula mais comezinha da convivência social. Em nome da garantia individual, a lei de Talião é aplicada.

Será fenômeno local, brasileiro, tupiniquim? Não. Os ratos estão nervosos no laboratório em que se transformaram os países devedores do Terceiro Mundo, incluindo a América Latina.

Sentimo-nos todos num grande laboratório, periodicamente visitado pelo doutor Thomas Reichman, para verificar como estão indo os pacientes fichados no crediário do Norte e mecedores de acompanhamento pelo FMI.

Afinal, o que ocorreu de essencial numa operação absolutamente explicável entre emprestadores e tomadores de dinheiro? Quando o Brasil se decidiu por empréstimos externos tinha uma lista de prioridades para seu desenvolvimento e os programas eram inquestionavelmente úteis e factíveis de quitação.

Aí entram em cena dois personagens na seqüência. Porque ninguém duvida do princípio ético: quem deve tem de pagar.

O primeiro foi a intervenção do FMI. Esse organismo, nascido durante a Guerra Mundial, trazia no bojo a expectativa de criação de uma moeda comum para os associados: o bankor. No frigir dos ovos, o bankor foi para as calendadas, e a moeda adotada foi o dólar. Uma revisão histórica, através de inquérito nos estaleiros de Bretton Woods, talvez transforme heróis de hoje em réus de amanhã.

O Brasil deve agora 135 bilhões de dólares, apesar de ter pago várias vezes esta importância aos seus credores. Comparecendo em Washington, o ministro Dilson Funaro — escarnecido em vida pelos que agora o chamam de herói, depois: "É preciso terminar de vez com a noção de que os países devedores são remissos. Com as taxas de juro exorbitantes que vêm sendo praticadas desde 1980, meu país está pagando o equivalente à totalidade do principal da dívida a cada sete anos".

O ponto central desse arrocho que vem de cima são os juros. A revista do Instituto dos Advogados Brasileiros em seu último número indica o outro parceiro do FMI: é a política econômica norte-americana de sustentar déficits públicos que determinou a continuada ascensão das taxas de juro.

Afinal, a taxa dos juros internacionais cobrada ao Brasil e demais países devedores aumentou muito? Durante algum tempo, a taxa se tornou sete vezes maior, passando dos 3% iniciais até o pináculo dos 21%. Hoje, gira em torno de 9%. Está certo isso? Os que trabalham para os donos do laboratório certamente dirão que sim. Quem deve tem de pagar.

Para pagar a exorbitância dos juros os governos arracham as economias populares. A moralidade pública caiu no descrédito. Os ratos, depois de comerem os mais fracos, começarão a roer o edifício principal.

Octavio Mello Alvarenga é presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.